



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA –

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 DE AGOSTO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Lista de participantes não fornecida
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Início da reunião não gravado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto
- Suspensão
- Exposição em língua estrangeira
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão
- Seqüência descontínua por trecho não gravado
- OUTRAS OCORRÊNCIAS DE RELEVÂNCIA PARA O REGISTRO

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a terceira audiência pública nesta Comissão do projeto de lei 415/2012, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.

Informo que a convocação para esta audiência foi publicada no *Diário Oficial de São Paulo*, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 28 de agosto, no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 29 de agosto.

Informo também que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, links Auditórios On-Line.

O tema de hoje é “Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional”.

Para compor a Mesa, convido a palestrante, Sra. Maria Clara Di Pierro, Professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Registro a presença do nobre Vereador Toninho Vespoli.

A Professora Maria Clara de Pierro falará por 15 minutos. O prazo para inscrições será o tempo da fala da Professora.

Após a fala da Professora Maria Clara Di Pierro, informaremos o tempo de intervenção. Vamos fixar como teto para término desta audiência pública 11h.

A Professora terá 15 minutos, mais 5 de tolerância. Tem a palavra a Professora Maria Clara de Pietro.

A SRA. MARIA CLARA DE PIERRO – Bom dia. Quero agradecer pelo honroso convite, mas, dada a circunstância em que nos encontramos na Universidade de São Paulo, nós abrimos uma exceção, pois estamos em uma greve que já conta 96 dias de paralisação. Então, começo minha fala convidando todos vocês para participar do ato artístico-político na próxima terça-feira, dia 2, às 16h, na Praça do Relógico, no câmpus da USP Butantã, onde estaremos fazendo publicamente a defesa da nossa universidade, que está vivendo uma crise

financeira e institucional bastante severa. Nós gostaríamos de ter o apoio de todos, das entidades presentes e particularmente dos parlamentares, que estão convidados. Falo em nome da Associação dos Docentes da Universidade.

Como temos pouco tempo, vou começar. Inicialmente, a pessoa convidada para falar desses três temas – educação de adultos, ensino médio e educação profissional – era minha colega Carmen Sylvia Vidigal Moraes, que, por conta do Movimento de Defesa do Ensino Médio, teve de ir a Belém.

Certamente, Carmen Sylvia se dedicaria a fazer uma introdução mais conceitual sobre uma concepção de educação integral que deve permear essas modalidades, mas dado o curto espaço de tempo, não vou me debruçar nessa direção.

Eu, por militância, atividade e especialização, dedico-me mais propriamente às políticas públicas de educação de jovens e adultos, mas tentei fazer uma leitura do PL e do substitutivo em torno dos três temas e vou comentar brevemente todos eles. É claro que, por minha formação, tenho mais propriedade para falar sobre educação de jovens e adultos.

E acho oportuno, porque afinal, dessas três modalidades, é aquela sobre a qual o município tem maior responsabilidade, uma vez que em um Estado Federativo em que a oferta da educação pública obedece a um regime de colaboração, o município tem responsabilidade prioritária sobre educação infantil e ensino fundamental, cabendo o ensino médio ao Estado. A União tem de colaborar com os dois entes na garantia do ensino de todos os níveis e modalidades. O município tem maior responsabilidade sobre esse território. Então, o ensino médio não é atribuição propriamente do município. Em relação à educação profissional, temos a educação profissional de nível básico – aquele que pode se fazer com pessoas com escolaridade inferior ou equivalente ao ensino fundamental, e a educação profissional de nível técnico, que é concomitante ou posterior ao ensino médio e, portanto, não seria responsabilidade do município e sim do Estado ou da União. Temos ainda a educação profissional de nível tecnológico superior, que tampouco responde ao município. Então, o

município tem apenas uma responsabilidade parcial sobre essas modalidades.

A primeira questão delicada do Plano é que talvez os senhores tenham de fazer uma escolha que nem o PL nem o substitutivo deixam bem claro em relação a como abordar. Se os senhores vão fazer um plano para o território do município de São Paulo, mas que abrange as responsabilidades das três esferas do Governo, faz sentido, nesse caso, desenhar estratégia para ensino superior, para o ensino médio e educação profissional de nível técnico. Ou os senhores falam: “Não, vamos nos deter naquilo que é governança do sistema municipal de educação”, e aí fazer indicações apenas muito gerais, porque, evidentemente, há questões que são de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação, do Ministério da Educação e seus órgãos, etc.

Isso é delicado, porque nós temos um padrão, o Fernando Abrucio, que é um cientista político que trabalha com questões de políticas sociais fala que temos um federalismo compartimentalizado, e no terreno da educação isso é particularmente problemático, porque temos um certo atrito entre as esferas de governo sobre suas responsabilidades.

No PL 415, por exemplo, os artigos 7º e 9º aclaram que o Plano Municipal de Educação abrangerá prioritariamente o sistema municipal de ensino, o que é repetido no artigo 10º do substitutivo. Entretanto, a forma como os senhores redigiram as metas e as estratégias não deixa isso muito claro, e talvez tenha de ser revisto.

Essa é a minha primeira preocupação, e isso vai se refletir nos meus comentários.

Vou começar com o ensino médio, que corresponde à meta três do PL 415 e à meta sete do substitutivo. Lembrando que o ensino médio não é responsabilidade do município e sim do Estado, com a colaboração da União, os senhores têm de decidir se vão manter aquelas estratégias tão detalhadas como estão.

Por exemplo, quanto àquela formulação que está lá de “acomodar a demanda em regime de colaboração com o Estado e a União”, precisa deixar claro quem é o sujeito desse acomodar, porque isso insinua que o Município iria participar da oferta. E um Município como

São Paulo, que ainda tem uma dívida enorme no campo da Educação Infantil e no Ensino Fundamental de Jovens e Adultos, não está autorizado pela Constituição a atuar no nível do Ensino Médio.

Isso significa – o que eu acho - que o plano deveria se posicionar claramente em relação as oito escolas municipais de Ensino Fundamental e Médio que o Município tem por fatores históricos, porque são escolas que existiam anteriormente a atual Constituição, porque a comunidade luta para manter essas escolas que são queridas e de boa qualidade, que mantém um ensino profissional de nível médio de boa qualidade. É o caso do Derville Allegretti e de outras unidades que são muito queridas pelas comunidades, mas a verdade é que temos de decidir quem deveria pagar essa conta, contratar os professores e o Município nem tem a propriedade de fazer um concurso para professor de sociologia do Ensino Médio.

Então essas escolas acabam funcionando de uma maneira precária quando o Estado deveria ou transferir recursos, inclusive, recursos humanos para essas escolas funcionarem, ou haveria que estadualizar essas escolas, o que é muito doloroso para os profissionais da Educação e para as comunidades atendidas. Esse é um ponto delicado e acho que o plano teria de se posicionar, ele não pode contornar essa questão.

A estratégia 7.3, talvez é uma questão mais de correção do substitutivo, fala em progressão continuada. O que, entretanto, não está previsto nem na rede estadual e nem na rede municipal, que eu saiba, na etapa do Ensino Médio. Talvez seja uma questão de rever e corrigir. Não entendi porque se fala em progressão continuada aí.

E a estratégia 7.14, aí é uma questão de organização do texto, a meu ver deveria estar no tópico sobre gestão democrática e não no tópico sobre Ensino Médio.

Também há estratégias que a meu ver são confusas. Por exemplo, fala da necessidade de um auxiliar para o professor. Não fica claro para mim o que está se propondo. Professores auxiliares, tutores, isso não me parece sustentável e nem adequado de constar num plano municipal de Educação, essa ideia de um professor que atenda individualmente

para não sobrecarregar o professor de classe. Isso me parece uma estratégia de administração de pessoal que não seria pertinente a esse nível de documento.

Por fim, a meta 7.15 defende a expansão do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Então nós que defendemos essa concepção de Educação integral, do Ensino Médio omnilateral, em que o trabalho é um princípio educativo, mas que não pensamos uma educação profissional instrumental, a formação para o mercado, que não se trata disso, somos favoráveis ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Entretanto, é preciso explicitar, porque essa meta não é do Município, é para ser aplicada ao Estado ou a União que mantém as escolas de Educação Profissional. E que eu saiba essa meta vai precisar da negociação do Município com o Centro Paula Souza e com o Instituto Federal de São Paulo, bem como com a rede estadual de ensino. No caso do Instituto Federal de São Paulo, além do Canindé, da unidade antiga, temos duas novas sendo tiradas: uma em Cidade Tiradentes, outra em Pirituba, que eu saiba, em ambos os casos com a colaboração do município, já que atende a uma demanda dos munícipes, mas eu não sei dizer se nessas unidades estão sendo abertas turmas de ensino médio integrado, precisaria verificar. Eu sei que a tendência da expansão do Instituto Federal de abertura de novos *campi* não tem sido infelizmente a tendência prevalecer a criação de cursos de ensino médio integrado, tem sido ou na modalidade da educação profissional consecutiva, ou concomitante com o ensino médio. Essas são observações mais pontuais sobre o ensino médio, se Carmem Silva estivesse aqui, certamente ela qualificaria mais.

Quanto à Educação de Jovens e Adultos, que se refere à meta 10, entre outras, a primeira observação é de linguagem, mas o que tem por trás da linguagem da concepção de educação de jovens e adultos. Todos vocês sabem que a nossa legislação maior, a Constituição e a LDB, e o próprio Plano Nacional de Educação falam numa meta geral da educação no Brasil, que é a erradicação do analfabetismo e cada vez que ouço essa expressão arrepio e o pobre do Paulo Freire treme lá na tumba porque por trás dessa

expressão “erradicação” tem uma concepção equivocada da natureza do fenômeno do analfabetismo.

Analfabetismo não é uma doença, não é uma praga, não é nada infectocontagioso, que se combate com vacina. É uma das múltiplas expressões de uma exclusão social, econômica e cultural, que tem raízes profundas nas desigualdades da sociedade brasileira e que precisa ser enfrentada com políticas de justiça, de equidade e não exclusivamente com políticas educacionais.

A palavra “erradicação” sempre denota uma visão equivocada do fenômeno e nos induz a propostas de superação equivocadas também. Temos proposto, quando falo “nós” estou me referindo aos fóruns de educação de jovens e adultos, aos pesquisadores da área e utilizamos a expressão superação do analfabetismo, que nos parece mais apropriada do ponto de vista conceitual.

Isso foi corrigido na meta 10 do substitutivo, mas mantido no artigo segundo, então, a minha sugestão é corrigir o artigo segundo. Uma questão que particularmente eu divirjo, eu compreendo porque se prevê na meta 2 é a redução progressiva do número de alunos por sala, nos diversos níveis e modalidades. Sei que isso é uma reivindicação dos sindicatos, etc, entretanto, consta ali uma meta de 20 estudantes por turma da EJA. Essa meta me parece apropriada para turmas de alfabetização, mas não me parece nem desejável, nem exequível para os outros níveis da EJA.

Eu como professora de Geografia sempre trabalhei muito bem com turmas de 25 a 35 alunos, não vejo problema nenhum de trabalhar. Vejo problema, sim, de turmas de 60 alunos que o Estado organiza no ensino médio apostando na evasão, isso eu acho equivocado, mas não me parece que a meta de 20 seja, não tem assento na pesquisa, não tem fundamentação nem na pesquisa, nem na prática.

O problema de EJA é realmente o número mínimo de alunos para formar turmas, que em geral, os órgãos públicos colocam um piso de 20 alunos e isso frequentemente não é

conveniente para a formação de turmas para alfabetização, do Mova, por exemplo, onde você tem uma comunidade, às vezes, você tem 12 pessoas para serem alfabetizadas, mas você não consegue formar uma turma e, se você juntar essas 12 com 18 de lá, na verdade, você vai ter uma desistência muito grande porque as pessoas só vão para a turma de alfabetização se for próximo a sua residência, etc. Eu sugiro rever ou especificar que esse número máximo de 20 alunos se refere à alfabetização.

Na estratégia 3.14, da meta 3, do substitutivo, que se refere à qualidade do ensino, ali há um parágrafo grande que fala do acesso às tecnologias da informação e da comunicação, do acesso à informática, etc e ali se fala de crianças e jovens, mas não se inclui os adultos. Sugiro incluir os adultos e idosos entre o rol de beneficiários das tecnologias da informação e comunicação. Por outro lado, isso não é do meu âmbito, mas eu gostaria de comentar que a estratégia 3.16, que dá um prazo de apenas dois anos para ter um computador por aluno nos laboratórios a meu ver parece ter sido escrita pelas indústrias de computadores sequiosas por uma licitação polpuda da Prefeitura. Acho que vocês deveriam rever, se isso deveria ser redigido nesses termos.

Na estratégia 3.43 do substitutivo que se refere às políticas intersetoriais de proteção social, saúde, trabalho, emprego, assistência social, etc também não se menciona os adultos idosos como beneficiários, sugiro incluí-los. Por outro lado, sou favorável aos programas de transferência de renda e bolsas de estudo, mas sou contrária a vinculá-los compulsoriamente à frequência de cursos de alfabetização.

O acesso da educação na idade adulta é um direito público, subjetivo, garantido pela Constituição e pela LDB, mas não é obrigatório ao sujeito, então, porque vou obrigar o mais pobre, o mais vulnerável que para ele ter acesso ao Bolsa Família, ou benefício de prestação continuada, seria obrigado a ir a escola, quando outro sujeito porque tem renda, porque não tem deficiência, etc não é obrigado? Acho que temos de casar as políticas, fazer política intersetorial, mas eu contrária à compulsoriedade. Então, eu reveria a redação da

estratégia 10.11, porque ela pode ser lida como uma obrigação dos beneficiários dos programas sociais(?) terem que frequentar escolas. Isso já está sendo feito pelo INSS, com os beneficiários das pensões por enfermidade. Acho que a gente que tem oferecer oportunidades, mas não criar obrigatoriedades ou condicionalidades para pessoas receberem os benefícios de transferência de renda.

A meta 8, que prevê alcançar doze anos de escolaridade para a população de 18 a 24 anos de idade, propõe ampliar a oferta de EJA, sem, contudo, especificar as responsabilidades específicas que cumprem ao Estado, ao município e à sociedade civil, especificando a expressão parceria com o Estado para oferta de educação profissional de nível técnico, sendo que nível médio ou pós-médio é responsabilidade da União e do Estado.

Voltando ao tema que eu falei no início, é preciso ser mais claro quanto ao regime de colaboração. Isso vale também para a estratégia 10.4, dizendo a quem cumpre fazer EJA de Ensino Fundamental, a quem cumpre fazer EJA de Ensino Médio, a quem cumpre fazer EJA de Ensino Médio integrado à Educação Profissional etc.

Estou falando isso porque nós temos antecedentes. Na gestão da Profa. Teresa Roserley Neubauer, minha colega aposentada da Faculdade de Educação, que foi longamente Secretária do Estado de São Paulo; em 1996, ela simplesmente retirou o Estado da oferta da Educação de Jovens e Adultos de 1ª à 4ª séries unilateralmente, sem discutir isso com os municípios. Então, os municípios tiveram que assumir sem qualquer apoio técnico ou financeiro do Estado. Então, o Estado já caiu fora do Ensino Fundamental do primeiro segmento, mas recentemente a pesquisa, terminada em 2013, mostra que o Estado está se retirando do Ensino Fundamental, de maneira geral, entregando para o município. Isso não está escrito nem na Constituição, nem na LDB, nem na Constituição do Estado, nem na Lei Orgânica do município. O Ensino Fundamental é responsabilidade compartilhada do Estado e do município.

Então, se o Estado vai se retirar da oferta do EJA de Ensino Fundamental, deveria oferecer alguma contrapartida, e isso deveria ser negociado com o município que vai arcar com

essa responsabilidade, que é o que, na prática, está acontecendo. Recentemente, eu estive no Jaçanã e no Tremembé, e me falaram que praticamente não há escola estadual com oferta de EJA de Ensino Fundamental. Essas coisas têm que ser negociadas.

Por outro lado, o Estado vem diminuindo as turmas de Ensino Médio, sem garantir aos munícipes essa continuidade dos estudos. Então, se é para o município assumir todo o Ensino Fundamental, o Estado tem que garantir a continuidade de estudos no Ensino Médio, com oferta de Educação Profissional Integrada, como o manda o Plano Nacional de Educação. Isso não vem sendo feito satisfatoriamente. Então, esses são os problemas do nosso Regime Federativo Compartimentalizado, falado pelo Prof. Fernando Abrósio.

Na meta 10, de elevação da escolaridade, fala-se em população de 18 a 29 anos; enquanto que a meta 8 fala de 18 a 24 anos. Isso tem a ver com o conceito de juventude, porque alguns documentos concebem a juventude com a população de 18 a 24 anos e outros de 18 a 29 anos. Isso tem a ver com o Estatuto da Juventude e com as políticas de juventude.

A meu ver, isso deveria se padronizar pelo mais amplo, de 18 a 29 anos. As estratégias 10.1, 10.2 e 10.3 já são um avanço fenomenal. Parabenizo a sua redação e inclusão no plano, porque elas se referem a uma antiga reivindicação, de que a municipalidade e os Estados cumpram o que está escrito na LDB, que tem que haver censo específico e chamada pública para a Educação de Jovens e Adultos. Chamada pública não é essa ficção que Estados e municípios fazem, que é publicarem no *Diário Oficial*, que estão abertas as matrículas. Chamada pública é outra coisa, é ir aos meios de comunicação e fazer um trabalho de conscientização da população, de que ela é beneficiária de um direito de retomar os estudos na idade adulta, quando se é adulto, idoso ou jovem, quando se teve o seu direito à educação violada na infância. Isso é algo penoso e trabalhoso, que demanda muito empenho das pessoas, mas vale a pena, pois é um benefício pessoal, social etc.

Nos países desenvolvidos, fazem campanhas para que a população adulta volte aos estudos. Em Portugal, durante o Governo socialista, o Primeiro Ministro Barroso ia à

televisão, incitar os portugueses a irem aos centros de novas oportunidades, retomando seus estudos. Aqui publicam no *Diário Oficial*, e acham que isso é chamada pública. Não é o caso.

Parabenizo essas metas. Elas são necessárias, mas infelizmente o município ainda não tem feito isso. Nós já falamos isso 200 vezes aos Srs. Alexandre Schneider e César Callegari, e S.Exas. continuam dando voltas em torno da mesa, não cumprindo essa responsabilidade.

As metas 10.7 e 10.13, a meu ver, tratam da mesma coisa, e deveriam ser fundidas numa única redação. Elas falam sobre Educação das pessoas privadas de liberdade. Isso é uma responsabilidade do Estado. O município pode colaborar e pode fazer convênios. Eu acho que o município poderia até fazer, nas prisões situadas no município, um trabalho de melhor qualidade que o Estado faz etc., mas teria que receber recursos, porque, quanto ao Plano Nacional de Educação nas prisões, a norma é de que essa é uma responsabilidade do sistema penitenciário e da Secretaria de Estado de Educação. Isso tem que ficar bem claro, porque senão o município fica tomando para si responsabilidades que não lhe cabe.

A meu ver, a estratégia 10.8 invade a autonomia da escola, e são contraditórias as estratégias 10.15 e 10.16, que exatamente reafirmam essa autonomia. A estratégia 10.8 fala: “Tem que haver um projeto político-pedagógico para EJA, feito no âmbito nacional, central. Evidentemente que a modalidade tem que ter diretrizes; e há diretrizes nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Há políticas nacionais. Há diretrizes do Conselho Estadual de Educação, mas eu acho que a gente que tem fortalecer a autonomia da escola, porque se todas as modalidades precisam contextualizar as diretrizes no território e na característica da comunidade, a Educação de Jovens e Adultos é a que mais precisa disso. Nós sabemos que um único modelo de EJA não satisfaz a diversidade de necessidades de aprendizagem que os jovens, adultos e idosos têm, e as suas múltiplas condições de frequência à escola.

A gente já viu que esse modelinho da EJA escolar, no modelo da suplência, que

começa às 7 da noite e termina às 11 da noite, de segunda a sexta-feiras. Isso não funciona. Há índices de evasão enormes, e os índices de reprovação e certificação são muito baixos. Todo mundo está problematizando isso, tanto é que o próprio município está criando a EJA modular(?), ampliando-se EJAs, buscando-se outras formas de se fazer a EJA.

Então, a gente tem que deixar a escola ter mais autonomia, para criar modelos mais flexíveis e apropriados, e não amarrar isso com normas gerais. Por isso que eu prefiro a redação das estratégias 10.15 e 10.16. A meu ver, suprimiria a estratégia 10.8. Não sei exatamente qual foi a intencionalidade, mas precisaríamos discutir um pouco mais.

No item 20.25, que trata da formação continuidade dos profissionais da Educação, eu colocaria uma estratégia específica, voltada para os educadores do MOVA, Movimentação de Alfabetização, que existe, no município de São Paulo, desde 1989 ou 1990, na gestão de Paulo Freire, para trazer o programa de Educação de jovens e adultos, que estava na Secretaria de Bem Estar Social, para a Secretaria de Educação. Aqueles educadores que não tinham formação para o exercício do Magistério precisavam, para vir para a Educação, ter essa formação, como determina a LDB.

Então, Paulo Freire organizou um curso especial para habilitação no nível do Magistério para esses educadores. De lá para cá, há 20 anos de MOVA. Os educadores de MOVA já tiveram, de carga horária, em formação continuada, uns três cursos de Pedagogia; entretanto, essa aprendizagem em serviço nunca foi validada. Então, eu acho que deveria ser definida uma meta, uma estratégia, pela qual o município deveria proporcionar, em parceria com as universidades públicas, formação superior para esses educadores, de maneira que progressivamente nós possamos deixar haver educadores populares sem habilitação específica para o Magistério, de maneira que essa progressiva institucionalização do MOVA, com seu reconhecimento na legislação, possa superar essa contribuição, que educador popular não tem habilitação e essa tensão que existe dentro da rede, na convivência entre educadores de jovens e adultos, uns com formação específica e outros sem formação

específica. É um direito deles; deveriam receber essa formação gratuitamente, com parceria com as universidades, e a contrapartida é que permanecessem trabalhando na rede, porque os municípios não têm que pagar formação e depois eles irem trabalhar na escola particular. A contrapartida seria permanecerem atuando junto à rede municipal.

Quanto à meta 10.9, essa é uma avaliação minha. Eu acho de o prazo de dois anos para avaliação de meio termo é muito pequeno, e precisaria haver um intervalo maior. Eu acho que já previstas conferências a cada quatro anos. Seria suficiente. No prazo de dois anos, a gente não consegue ver o resultado das coisas. Ele me parece ser excessivamente reduzido.

Eu tenho observações sobre a EJA integrada à Educação Profissional na meta 11 e quanto à Educação Profissional meta 12, mas vou deixá-las por escrito.

Agradeço a atenção dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Estão encerradas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Fórum Municipal de Educação de São Paulo.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento todos os presentes, inclusive a mesa, em nome do Sr. Presidente, nobre Vereador Reis; Vereador Toninho Vespoli e Profa. Maria Clara de Pietro.

Essa questão já foi grandemente contemplada na fala da professora, no caso do Ensino Médio, porque o Fundo Municipal de Esportes da cidade de São Paulo, criado desde 1093, sempre fez essa discussão, de cobrar do município a questão do Ensino Médio. O Ensino Médio não é responsabilidade do município, e há essa discrepância, de oito escolas oferecendo o Ensino Médio. A questão não é que pode ou não. Na verdade, a Constituição e a Lei Orgânica do município proíbem que o município invista em outras modalidades de ensino antes de atender plenamente ao ensino obrigatório da sua responsabilidade, que agora é o Fundamental, e se incluiu agora parte da Educação Infantil. Obriga-se que se invista recurso tanto no nível da quantidade quanto da qualidade; e nós não temos o atendimento nem em

quantidade, muito menos em qualidade. Então, essa questão de se gastar recursos no Ensino Médio é um desvio, que inclusive pode ser caracterizado como crime de responsabilidade dos gestores.

No plano, tem que ser colocada essa questão do Ensino Médio. O município, a Câmara Municipal tem que cobrar que os recursos sejam efetivamente gastos na responsabilidade do município. Até fui contemplado também por essa fala. Como se faz um plano municipal, que deveria direcionar onde há competência de obrigar e fiscalização, como se fazer um plano da Cidade, quando a Câmara não tem condições de cobrar compromissos das escolas estaduais, federais e particulares nesse nível de Ensino Médio? Essa é uma pretensão muito grande.

Em muitos lugares desse plano, há o problema de se falar em um fórum municipal a cada dois anos. Na verdade, acho que há um equívoco de redação. O que está se pretendendo é uma conferência municipal a cada dois anos, porque o modelo de fórum que há, na cidade de São Paulo, tanto o fórum original quanto o fórum chapa branca criado é permanente. Então, essa avaliação, que pode ser feito anualmente, junto com a Comissão de Educação ou um fórum específico, continua. A conferência é que deve ter outro calendário.

Quanto à questão do financiamento, a gente chama atenção dos CEUs. O Fundeb é um fundo estadual, que arrecada recursos de todos os municípios, e retorna ao município(?), em função das matrículas, só que há, na cidade de São Paulo, equipamentos chamados CEUs, que, são centros comunitários de Esporte, Cultura e Lazer. Então, precisam qualificar esse gasto, para verificar se nós estamos recolhendo dinheiro de todos os municípios do Estado, para gastar em equipamentos esportivos, culturais e comunitários.

Por fim, chamo atenção dessa questão da FEBEM ou da Fundação Casa, porque há um problema muito grave, não na internação. Quanto à internação, todo mundo sabe que, na educação(?), não há mesmo. Imaginem, na FEBEM ou na Fundação Casa, haver férias escolares para os adolescentes internados. Quando eles estão em liberdade assistida, também

não têm apoio do município nas políticas complementares. Então, o Fundo Municipal de Esportes tem esses questionamentos.

Gostaria que a comissão de Educação pronunciasse-se sobre essa questão do Ensino Médio, não ser financiado pelo município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria José, do Cenpec, da Rede Nossa São Paulo.

A SRA. MARIA JOSÉ – Bom dia a todos. Primeiro parabenizo o trabalho realizado. Eu acho que nós podemos verificar vários avanços em relação à autonomia da escola, as chamadas públicas, articuladas com as outras secretarias; e a diversidade de horários, que são demandas bastantes conhecidas da rede municipal de ensino em relação à EJA.

Eu trago aqui algumas observações de um projeto do Cenpec, Centro de Educação e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, realizado com jovens das periferias das capitais. Em relação à meta 3, o grupo acha importante explicitar a participação discente na elaboração do projeto de escola, além do grêmio estudantil ou dos conselhos de escola, com participação mais direta dos alunos.

Quanto à meta 3.31, adequar o texto, para que a questão da discussão sobre equidade e diversidade ético-racial não fique restrita a conteúdos, mas permeie práticas educacionais e de gestão escolar. Em relação à meta 7, inserção de estratégia para a realização de uma pesquisa, que permita conhecer a demanda discente do Ensino Médio, dados de evasão e suas razões, turnos com maior procura. Na meta 7, estratégia 7.5(?), inserir articulação com os serviços de políticas já existentes, bem como aos princípios que norteiam o Estatuto da Juventude. Sentiram falta da articulação com o Estatuto da Juventude. Aqui foi feita uma referência em relação à extensão da idade dos jovens atendidos. Em relação à meta 7, estratégia 7.8(?), a proposição de currículo, que aborde, além das dimensões já postas, a dimensão do projeto de vida para os jovens, assim como a inserção de referências, que

permitam a construção de diálogo entre currículo e histórias do território, onde as escolas estão inseridas.

Em relação à EJA, pela Rede Nossa São Paulo, a demanda é que o senso, muito bem-vindo e bastante solicitado, traga os dados desagregados a fim de que se possa fazer uma avaliação mais clara do impacto das políticas públicas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo orador inscrito é o Sr. Orestes de Oliveira, Diretor da EMEFM Professor Lineu Prestes.

O SR. ORESTES DE OLIVEIRA – Cumprimento todos e agradeço aos Vereadores Reis e Toninho por essa oportunidade de estarmos na Casa dos representantes do povo para podermos expressar nossos anseios e necessidades, não apenas como Diretor de escola, mas como Professor da rede pública estadual e também conhecedor das demandas da nossa região, assim como das dificuldades dos nossos alunos.

A respeito da EJA, o que tenho a falar é algo muito breve, mas gostaria de exemplificar. Hoje como acontece essa questão da matrícula na EJA? Gostaria de exemplificar. Vamos imaginar que procuramos um lugar para estacionar o carro e depois de ter rodado bastante, víssemos uma placa dizendo: “Há vagas.” Isso é semelhante ao que acontece hoje na rede pública municipal quando se diz que há vagas para escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos. Iríamos parar o nosso carro e seríamos surpreendidos com alguém que dissesse de forma muito educada: “Pode apresentar seu documento que faremos um cadastro para a senhora ou o senhor estacionar.” Não preciso nem perguntar o que faríamos.

Isso tem acontecido muitas vezes e já é um promotor da evasão de um jovem que vem de uma vida acidentada em que acumulou perdas e, por isso, se afastou ou se evadiu da escola. Essa é a porta de entrada que nós, o Poder Público Municipal, oferecemos, ou seja, anunciamos uma vaga que, de fato, não existe. O que existe é uma inscrição. Depois o cadastro vai entrar para um sistema informatizado que, aí sim, vai alocar onde há vaga para, às

vezes, após um ou dois meses o jovem ou o adulto ser avisado que existe a vaga. Nesse momento, sua vida já se transformou.

Então, quando falamos em fazer um censo para verificar a real necessidade, primeiro precisamos modificar o sistema para atender com qualidade aquele que está desesperado, às vezes, aquele que acabou de cumprir sua pena e que agora está tentando se promover e buscar uma melhor condição social e, de cara, encontra a porta da escola fechada dizendo: “Faça o cadastro e aguarde”. Soma-se a isso mais uma perda.

Por isso, Exmos. Srs. Vereadores, precisamos averiguar isso com tamanha seriedade que requer o caso. Ou seja, inscrição de EJA é matrícula. Se existe a vaga, estamos falando sobre transparência pública. No site deve estar divulgado quantas vagas existem e em quais escolas. O Diretor, o Gestor não é dono daquilo. Precisa estar claro se existem dez vagas, existem dez alunos procurando matrícula. É uma vergonha, na nossa Cidade termos dez crianças, jovens, adolescentes ou adultos procurando uma vaga que não existe.

Segundo, gostaria de pontuar outro tema. Quando falamos no 10.12 sobre promover, executar ações em regime de colaboração, gostaria de acrescentar: “e integração de atendimento a estudantes de educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares.” E aí inclui o transporte, a alimentação, a saúde e o serviço odontológico.

Tenho um morador de rua, do albergue, que veio estudar na nossa escola totalmente desassistido. Os alunos, solidários a ele, fizeram uma vaquinha para comprar sabonete e xampu, devido às condições precárias com que veio.

Precisamos olhar que 11,9 milhões de habitantes desta Cidade não podem ser deixados de lado, talvez 0 ou 1 vírgula qualquer coisa. São todos seres humanos e precisam de atenção.

Para finalizar sobre ensino médio, Exmos. Vereadores, se há demanda e se existem essas oito escolas, precisamos reforçar o que existe. Em time que está ganhando, não se mexe. Ou seja, se existem essas escolas oferecendo ensino de qualidade, precisamos

manter. Se não há interesse em ampliar, que não se amplie, mas o que existe precisa se integrar à rede estadual.

Vou dar um último exemplo, a título de denúncia. Há o Jovem Técnico, um programa do Governo Estadual que faz inscrições de adolescentes a partir de 14 anos para trabalhar nas salas do ACESSA Escola, um programa estadual. O nosso jovem da rede pública municipal não pode se inscrever, porque é visto como aluno do ensino médio municipal.

Senhores Vereadores, antes de tudo, somos cidadãos brasileiros. Somos munícipes e não podemos ser tratados, na cidade de São Paulo, como alunos da rede pública estadual ou alunos da rede pública municipal. Somos munícipes.

É isso que gostaria de compartilhar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Orestes de Oliveira. Com a palavra a Sra. Benê, do Sinesp.

A SRA. MARIA BENEDITA DE CASTRO DE ANDRADE – Bom dia a todos os presentes, aos Srs. Vereadores, à Professora.

Farei apenas uma observação com relação às metas do ensino profissional. Nessa meta 11.12, senti ausência de algo próximo da gente, porque são cópias literais do Plano Nacional de Educação. Foi mantida uma estratégia que até me surpreendeu. A meta 11.5 em que fala da implantação um programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos. Não sei a quem cabe isso. É o Município que irá fazer esse tipo de coisa? Estranhei porque o pessoal que elaborou esse trabalho tem feito algo muito interessante e tem se dedicado muito. E no 11.12, em relação ao ensino profissional, senti ausência de uma proximidade com a política do Município.

A 10.21, embora reconheçamos a importância, diz assim: “Realização de projetos complementares de cultura, esportes e educação ambiental também aos sábados e domingos.” Há necessidade de acrescentar a parceria com outras instituições. É uma estratégia que não pode ficar sob a responsabilidade única e exclusiva da escola. Os nossos profissionais não têm

condições de trabalhar a semana inteira e ainda assumir uma tarefa aos sábados e domingos. Por isso essa estratégia tem de ser complementada com outras instituições, com outras Secretarias para que de fato aconteça, senão vai ser letra morta. Não é possível se atribuir novos encargos para um professor que já teve uma jornada estressante e puxada a semana inteira. É humanamente impossível. É questão de saúde, eu diria até saúde pública.

Outra observação é com relação à meta 7.11. O Orestes, que por sinal é nosso Conselheiro, a quem quero parabenizar, levantou uma questão importante. No Município de São Paulo, temos oito escolas de ensino médio. Vamos lutar por uma ampliação? Não, porque não é obrigação do Município.

E essa meta fala de ampliação, agora, está faltando complementar dizendo da responsabilidade do Estado, então, quem é que tem de ampliar? O Estado tem de ampliar e, por último, quero retomar uma contribuição que houve nas reuniões que antecederam as audiências sob à coordenação dos Vereadores aqui presentes. Foi levantada a questão da importância de se acrescentar, ao se tratar das questões étnico-raciais, não só as diretrizes, mas também o parecer.

Existe um parecer que não está presente aqui no plano, é o parecer do Conselho Nacional de Educação Nº3/2004, que propõe a divulgação, produção de conhecimento, formação de atitudes, posturas, valores, que eduquem cidadãos orgulhosos da sua origem étnico-racial para que as coisas mudem, para que não tenhamos repetido constantemente o que houve essa semana, com o jogador de futebol, por sinal de um time fantástico, que é o Santos.

O que aconteceu com o Aranha acontece com os negros no dia a dia, então, não basta trabalhar as diretrizes curriculares, tem de trabalhar o parecer e eu gostaria que o que está contido na estratégia 3.31, que isso constasse de todas as modalidades de ensino e que aparecesse essa redação: na educação infantil, ensino fundamental, ensino médio porque a escola não é a única responsável pela reeducação das relações étnico-raciais, mas ela faz

parte e tem responsabilidade. Cansamos ao longo da vida de ouvir esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Kesia do Crece.

A SRA. KESIA – Bom dia a todos. Estou bastante contente e quero parabenizar a comissão que conseguiu, ao longo desse mês, colocar tudo que tivemos de discussão nessa reunião que a Bene acabou de citar nessa audiência. Estou bastante satisfeita porque 80% dos debates que fizemos está contemplado aqui. Quem viu o PL que foi entregue na Câmara Municipal e sua tramitação, comparando com o substitutivo que foi apresentado aqui, está bem mais completo e é o reflexo do que foi a Conad em 2010.

Vamos conseguir contribuir muito mais e deixar um plano que seja mais compacto para condizer com a discussão que a gente faz no dia a dia e no chão da escola. Parabenizo a fala de todos porque fui contemplada. Ressalto a importância de fazermos um plano, como nós discutimos posteriormente naquelas reuniões para cidade de São Paulo, portanto, tem de contemplar todo o ensino que temos na Cidade: infantil, fundamental, médio e o profissional. Essa sempre foi a nossa luta, desde a Conad de 2010, e, como representante de pais, e aqui representando os alunos das escolas, gostaria de pontuar a importância do aluno, que é munícipe da cidade, e deve ser tratado com tal.

Se não conseguirmos fazer um plano que abranja o município inteiro, sem a questão de qual é a responsabilidade, porque isso é uma coisa técnica e a gente discute em outra instância, mas dentro do plano temos de colocar o que queremos e que educação queremos para o nosso município, se não, a gente não vai conseguir avançar.

Gostaria de dizer que não pude vir nas duas últimas audiências, mas assisti pela internet e estão todos de parabéns. Saliento a importância de ter esses dois Vereadores aqui na Casa, que realmente estão acreditando na educação de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Vitória, educadora de EJA.

A SRA. VITÓRIA – Bom dia a todos. Primeiramente parabenizo a Mesa porque são poucos os espaços dos quais nos beneficiamos para escancorar a realidade da EJA. Sou

educadora de EJA, da Escola Érico Veríssimo, e há 22 anos obstinadamente insistindo, persistindo, nesse desvelamento dessa realidade triste dos educandos trabalhadores na cidade de São Paulo.

São vitimados, primeiramente, pelas opressões trabalhistas, nas relações de poder no mundo do trabalho, e chegando à escola, adentrando numa linguagem totalmente equivocada, nada a ver com nada, a matemática não é da vida, é uma matemática abstracionista e uma linguagem que não atende as emergências dos trabalhadores, mutilados nos seus direitos a direitos.

Fazendo o contraponto estado/município somos defensores da EJA e não importa e o que está posto para nós que no mundo do trabalho, além da mutilação daquilo que chamamos covardemente da retirada de direitos trabalhistas, dos quais alguns momentos, algumas frentes sindicais chapas-brancas ajudaram a engessar o avanço dos trabalhadores nas suas conquistas trabalhistas.

Nós educadores também temos parcerias, também responsabilidade nessa formação de fato, não o cidadão consumidor ou atrelado à subserviência. Escancaro que fizemos essa reflexão no GT- EJA, do qual faço parte. Está no segundo ano de vida, mesmo à revelia do governo municipal, porque é direito nosso estarmos lá. Nós somos educadores, somos 13 escolas na Freguesia do Ó com EJA, apenas 13, mesmo assim o esvaziamento tem acontecido decorrente da nossa cobrança da falta de chamamento público. Cadê o chamamento público? Temos sido também pertinentes com relação à cobrança. Cadê o chamamento público?

É uma das estratégias midiáticas que surtiriam efeito. Então, localmente, na Érico Veríssimo, e nas escolas que fazem parte do GT-EJA temos feito artesanalmente, infelizmente, a demanda é truncada, os gestores boicotam, Secretárias desinformadas anulam e fica essa humilhação ao trabalhador na mendicância por uma vaga. Temos alunos que depois de dois anos foram chamados e, por conta dessa realidade, nós temos criado algumas estratégias.

A ONU preconiza, depois de uma pesquisa feita em 53 países, que o Brasil é o oitavo país com o maior número de analfabetos, qual é a dos governos? Principalmente esse que se diz defensores dos trabalhadores? É uma pergunta que faço.

Outra angústia é no tocante aos conteúdos curriculares, temos de trabalhar também, temos de ter o olhar zeloso, não assistencialista, mas responsável. Que currículo é esse da EJA que não tem nada a ver, alguns professores equivocados ainda semeiam a educação bancária e se negam a discutir quais são as nossas responsabilidades como cidadãos e não como transmissores de saber, mas construtores de uma mudança que é necessária e é possível.

O Brasil está, e nós vamos ver pelas greves, é uma minoria grevista, porque a maioria foi gerada pelos professores dadores de aula como copistas, eles não desenvolveram o mais importante, que é pensar, mudar, fazer diferente e a EJA tem também essa especificidade e mais grave ainda se torna quando somos reféns do maldito EOL. Esse para mim é um dos cânceres da EJA. Enquanto estivermos atrelados e os sindicatos estiverem se curvando e não indo para cima, temos que exigir, não é pedir, solicitar, não temos de estar num estado de mendicância de joelhos pedindo, temos de exigir e cobrar: temos de tirar o EOL da nossa vida e gerar autonomia.

Com certeza as escolas estarão recheadas também de vários trabalhadores que estão solicitando socorro e nós não estamos ouvindo porque existe uma burocracia maldita que vem para mutilar o avanço qualitativo da verdadeira cidadania.

O Brasil está do jeito que está porque existe algumas vertentes ainda engessados num processo embrionário da verdadeira educação de jovens e adultos. Defendo um fórum permanente em defesa de EJA constituído por educandos trabalhadores e eles têm muito a dizer, têm muitas ideias e educadores que de fato entendam qual é o nosso compromisso político-pedagógico em São Paulo. Mudar esse país a partir da EJA.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Beatriz de Paula Souza, do

Fórum sobre medicalização, do grupo de queixa escolar.

A SRA. BEATRIZ DE PAULA SOUZA – Quero falar de dois pontos: um é o 1.13, que é alguma coisa que toca a todo o ensino básico, mas inclui o ensino médio, que é a questão da merenda. Proponho a supressão de uma parte desse item que fala: “garantir melhorias na qualidade, diminuição dos custos com a merenda escolar, utilizando alimentos *in natura* e integração com políticas de agricultura família e de economia solidária”. Proponho a supressão da parte que fala de diminuição dos custos e proponho que a formulação fosse então: “garantir a boa qualidade da merenda escolar”. A questão dos custos a gente não acha que seja pertinente contar num item que fala da alimentação oferecida nas escolas. E achamos que é nessa linha mesmo de alimentos *in natura*, integração com políticas de agricultura familiar e economia solidária e isso a gente sabe que vai significar queda de custos, mas entendemos que não cabe constar no item.

Por fim, na meta 10, queria solicitar a inclusão de toda a vez que se fala no sistema prisional, em EJA, em ensino fundamental e médio que se insira, além de sistema prisional que constasse “estabelecimento de cumprimento de medidas sócio-educativas” porque, quando se fala em sistema prisional, os jovens em regime de privação de liberdade estão deixados de fora, está se falando somente de população adulta, mais de 18 anos.

Esse problema acontece nos itens: 10.1, 10.7 e 10.13. A ideia é que toda vez que fale em sistema prisional se complemente com “estabelecimento de cumprimento de medidas sócio-educativas” para que os jovens também estejam contemplados.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Luci Matos, do Fórum sobre medicalização.

A SRA. LUCY DURÓ MATOS – A minha colega já abordou aquilo que trouxemos de contribuição, mas quero reforçar a questão dos jovens que estão sob cumprimento de medidas sócio-educativas. Esse plano poderia ter um olhar um pouco mais aprofundado sobre esses jovens.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Guilherme de Luca, professor.

O SR. GUILHERME DE LUCA – Sou professor do ensino médio e gostaria de levantar algumas questões sobre o ensino médio na Prefeitura.

Quando se pensa no ensino médio na Prefeitura temos de pensar o que ele pode oferecer de diferente que as escolas do Estado, as outras escolas oferecem, principalmente, porque o ensino médio vive uma crise interminável e que tem uma evasão muito grande.

Passei por duas escolas de ensino médio da Prefeitura e a primeira delas, que é a Vereador Antônio Sampaio, tive uma experiência enriquecedora nesta escola, na parte da tarde ela oferece turmas com alunos surdos-mudos, que estão presentes também alunos ouvintes. Essa experiência para mim como professor e para os próprios alunos é enriquecedora, e não pode se perder é algo que existe na Prefeitura e tem de continuar.

Hoje sou professor da Escola Lineu Prestes, essa é uma escola em que a demanda vem aumentando. Ela passou de uma turma de cada série do Ensino Médio, há alguns anos, para sete no ano passado. Este ano temos 10 turmas de ensino médio e a perspectiva para o ano que vem é termos 14 turmas. O número de alunos que estão chegando à escola é cada vez maior. Fiz uma conta rápida, nesses últimos meses mais de 30 alunos chegaram e muitos deles trazidos pelos próprios alunos. Isso mostra que esses estão integrados na escola, gostam da escola e estão trazendo cada vez mais alunos.

Quero concluir minha fala dizendo sobre a riqueza de uma escola que tem os três níveis de ensino no mesmo espaço, tanto no Vereador Antônio Sampaio, quanto no Derville, no ano passado – no Derville mais ainda, porque além do Ensino Fundamental I, II e Médio, temos também cursos de magistério, cursos técnicos -, essa continuidade nos estudos para a vida escolar do aluno é de enorme importância. E isso falo como aluno que estudou numa mesma escola a vida inteira. E mais importante para o próprio envolvimento dos alunos de diferentes idades. Estamos tendo uma experiência enriquecedora e muito legal com relação ao grêmio na escola, alunos do Ensino Médio trocando experiências com alunos de Ensino Fundamental I.

Isso é muito importante.

Para finalizar quero falar sobre a experiência na escola das Oficinas do Mais Educação. Temos sete oficinas na escola e três delas estão sendo oferecidas por alunos da própria escola. Isso é importantíssimo para que esses alunos tomem a escola para eles e que o envolvimento entre os alunos dos diferentes níveis aumente. Enfim, que aumente o significado da escola na vida deles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Laura Cymbalista, do CIEJA Butantã, Sinpeem.

A SRA. LAURA CYMBALISTA – Bom dia a todos e a todas. Agradeço a presença da Professora e primeiro dizer que na escola fizemos um esforço para estar presente aqui hoje. Há muitos profissionais da escola, do CIEJA, para acompanhar esse debate, discutir também vários desses pontos para contribuir com o debate da EJA na Cidade.

Primeiro, do ponto de vista mais geral, acho que há uma discussão sobre as responsabilidades. Muito se falou da responsabilidade do Estado, do Município e o sucessivo descumprimento dessas responsabilidades, que é isso que vivemos. O que está previsto na Legislação muitas vezes o Município e o Estado não cumprem rigorosamente. É por isso que temos várias brigas.

E entendo que esse plano tem de tratar da Cidade e talvez tenhamos de fazer um esforço de explicitar, em cada estratégia, a responsabilidade de quem por cada ação. E no caso da EJA algumas situações difíceis como foram faladas aqui não acontecem por essa não resolução, por exemplo, em relação ao sistema Prodesp. Não é tão simples dizer que é do Município, é do Estado, porque há um sistema de matrícula geral e isso tem nos atrapalhado, embora seja de responsabilidade da Prefeitura. Então acho que vamos ter de ajustar isso.

Quero falar de três estratégias, a primeira do 10.5, que fala do período do atendimento. Convencionou-se que o atendimento ao jovem ou adulto deve ser sempre

noturno, das 19 às 23h, nas escolas e vemos, por exemplo, na escola que trabalhamos, há procura em todos os horários. Atendemos de manhã, de tarde e de noite e tem gente que trabalha à noite, outros podem estudar só à tarde.

Então se estamos falando de um compromisso político de atender os jovens e adultos temos de ampliar esse entendimento. Então estamos reforçando essa meta do período. Tem de ter EJA na parte da manhã, à tarde e à noite.

E aí temos a redação de flexibilizar o limite. Queríamos colocar a palavrinha “mínimo”. É isso o que está querendo dizer na meta 10.5. Muitas vezes as escolas chegam na DRE para solicitar a abertura da sala e há aquela fala de que tem de ter 30, 30 e poucos alunos. Acho que temos de flexibilizar no EJA, um número menor para abertura de sala. Acho que isso é fundamental para conseguirmos olhar para a situação da EJA e começar a atender de outra forma.

O ponto 10.6 fala de descentralizar a matrícula do EJA. Isso é fundamental, porque se a chamada pública acontecer do jeito que está previsto no plano e não se resolver a matrícula centralizada nós vamos perder esses alunos. Então temos de fazer as coisas articuladas. Tem de ter a chamada pública, mas tem de ter a descentralização da matrícula. Lá no CIEJA nós é que fazemos a matrícula e vemos a diferença que faz. O aluno vai à escola um dia, no dia seguinte ele está estudando com a gente. Ele vai lá, a gente conversa, ele faz a matrícula e no dia seguinte ele está lá.

Por fim, quero falar sobre a rede estadual. O 10.20 fala do atendimento especializado de Cefais. Os Cefais existem na rede municipal. Acho que temos de indicar também algum tipo de atendimento na rede estadual. Os nossos alunos deficientes, quando vão para a rede estadual, no Ensino Médio, contamos quanto tempo demoram a abandonarem o ensino médio. Isso porque não há estrutura no Estado que possa colaborar com o atendimento do aluno deficiente na rede. Então não dá para dizer só sobre o Cefai na Prefeitura. Temos de brigar para que no Ensino Médio e EJA os nossos alunos que vão para o

supletivo, terminam a EJA na Cidade e vão para o supletivo no Ensino Médio tenham estrutura também para poder prosseguir nos seus estudos. Infelizmente vemos que os alunos deficientes duram muito pouco no supletivo da rede estadual. Temos de mudar isso e quero acrescentar que haja também essa indicação para a rede estadual.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Adelson, do Sinpeem.

O SR. ADELSON – Bom dia a todos e todas, à Mesa, à palestrante, quero iniciar pela palestrante, dizendo que muito do que você falou, em pouco tempo, o nosso Sindicato também pensa dessa forma. Na última reunião que tivemos no auditório, 8º andar, eu trouxe um documento do Sindicato, que era uma análise preliminar como esse documento também é uma análise preliminar deste documento, e distribuimos para aqueles que chegaram antes porque não tinha número suficiente para todos. E muito ali está. Algumas discordâncias, mas no fundo - como documento preliminar -, acho que é um bom subsídio para todos.

Segundo lugar, gostaria de falar sobre EJA. É muito discutido, mas a responsabilidade é de todos que estão aqui e de todos que estão no Poder. Por que eu digo isso? Porque nós, enquanto profissionais de Educação e ou munícipes, e ou brasileiros como um todo, vivemos uma época que teve uma lei chamada, apelidada de 4.024, lá na década de 1960, se falava na erradicação, em 10 anos - era a palavra utilizada - do analfabetismo. Veio a 592, continua a mesma coisa dos 10 anos. Antes da 92, o Mobral queria também acabar com o analfabetismo.

Pegando a história como um todo, vamos chegar em 88 e a Constituição fala a mesma coisa: "acabar com o analfabetismo". A nova LDB - que já não é tão nova - fala a mesma coisa. Por que tudo isso e nós não acabamos ainda com o analfabetismo? Será que somos responsáveis, nas condições de vida que temos, nas ofertas que temos de ensino, etc. e tal, que esse analfabetismo não acabou?

Portanto, sonho que, um dia não tenhamos mais necessidade de EJA. Sou defensor dos professores, dos Profissionais de EJA, mas sou defensor também que não tenhamos mais a hora certa, neste momento, para alfabetização e trabalho de todo o mundo.

Um segundo ponto, gostaria de falar sobre a existência das responsabilidades. Não dá para fugir daquilo que é responsabilidade do Município. O plano é Plano Municipal da cidade de São Paulo e aí temos responsabilidades do Estado no Município; temos, segundo o artigo 213 da Constituição, a existência também da rede particular; as responsabilidades da rede particular e as responsabilidades do Município.

Não dá para fugir das responsabilidades. Temos de melhorar em todos os níveis; se continuarmos pulverizando demais, menos condições estamos trazendo para aqueles que têm responsabilidades.

Defendo peremptoriamente a existência das escolas de Ensino Médio que a Prefeitura mantém.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Um minuto.

O SR. - Porém, não dá, neste momento, para, em nível de Município, estender a responsabilidade para o Município.

Há de se trazer, há de se estudar - e muito - e trazer o Estado para a responsabilidade aqui. Não dá para mascarar as coisas.

E tem até de colocar aqui: quando nós vivemos, no Município de São Paulo - atenção! -, o Governo de Luiza Erundina, o Município tinha várias escolas de ensino médio suplência. Há de se lembrar disso. Qual foi a primeira medida utilizada contra a Prefeita Luiza Erundina naquela época? Foi acabar com o Ensino Médio em nível do Município, e isso aconteceu.

Hoje essas responsabilidades têm de ser buscadas também e verificar, além das oito escolas que temos no Município, de Ensino Médio, não dá para trazermos para cá. Temos é de cobrar - e muito - do Estado que assuma as suas responsabilidades com relação ao

Ensino Médio e ao Ensino profissionalizante.

Adelson, Sinpeem e vários presentes aqui.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) -

A próxima inscrita é a Sra. Silvana Canonico, assessora do Vereador Reis.

A SRA. SILVANA CANONICO - Bom dia a todos e a todas.

Bom dia a todas e a todos.

A professora, quero parabenizá-la pela maneira didática que fez a sua intervenção.

Só queria apontar, mais uma vez, a ausência da Secretaria de Educação do Estado, como eu já fiz na reunião passada. Os nossos GTs, a assessoria do Vereador Reis e a Assessoria do Vereador Toninho, nós fizemos grupos de trabalhos antes da redação do substitutivo. A Secretaria de Educação foi convidada para todos os GTs. Não se fez presente, como não se fez presente nas reuniões anteriores, não faz hoje.

Então, só retomando aqui, na abertura do livrinho Plano Municipal, o Vereador Reis coloca que o Plano Municipal de Educação é um documento com força de lei, concebido em sintonia com o Plano Nacional de Educação, que define diretrizes e metas, garantido o direito à educação de qualidade ao Município.

Então, nós não estamos discutindo apenas as escolas municipais, estamos discutindo a educação no Município de São Paulo, e faz parte do Município de São Paulo as escolas particulares e estaduais. Assim, o que eu sinto, a sensação que eu tenho como moradora do Município de São Paulo é que o Governo do Estado não tem responsabilidade nenhuma sobre a educação municipal - sobre a educação que ocorre no Município de São Paulo, não é?

Então, eu queria, mais uma vez, apontar a ausência do Governo do Estado nas discussões do Plano Municipal de Educação.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Obrigado, Silvana Canonico.

A senhora Simone Alves Costa, da EMEFM Linneu Prestes, Coordenadora Pedagógica.

A SRA. SIMONE ALVES COSTA - Bom dia a todos.

Acho que vocês perceberam o movimento que EMEFM Linneu Prestes fez, o esforço que fez para ficar aqui, para vir até aqui. Sou Coordenadora Pedagógica da EMEFM Linneu Prestes e vim aqui para defender a permanência dessas oito escolas no Município, não a criação, mas a permanência, principalmente pelo que representa essa escola na nossa comunidade, não é? A escola é uma referência na zona Sul, é a única escola municipal de ensino médio que há na zona Sul; temos também a EJA; temos famílias estudando na escola; a avó que está na EJA; é a mãe com filho no primeiro ano, no ensino médio, no nono ano. Então, são famílias que estudam lá. Temos sobrenomes de famílias que já conhecemos lá.

— A escola vai fazer 60 anos no ano que vem. Das 10 salas de Ensino Médio que temos neste ano, 10 alunos de necessidades educacionais especiais são atendidos e acompanhados por nós e pelo Cefai, e essa demanda também vem aumentando e eles são muito bem-vindos por nós.

Temos parceria com o CIEE e com o Nube - Núcleo Brasileiro de Estágios. E, quando falamos de extinguir as escolas de Ensino Médio do Município, fico muito preocupada porque nossa escola tem um projeto político-pedagógico que está caminhando, que está funcionando e os professores especialistas em Física, Química, Biologia, Filosofia, Sociologia e Espanhol, que prestaram concursos específicos para essa área, não é possível acomodá-los no Estado porque são planos de carreiras diferentes, não é? Como que seria essa transição? Isso me preocupa. E são professores com uma formação -

Formação, a maioria deles formada na USP, em boas faculdades, que fazem pós-graduação, que participam de grupos de pesquisa e que estão lá para trabalhar na qualidade do ensino da nossa escola.

Então, temos de lembrar que há pessoas trabalhando lá, há famílias estudando lá e que essa escola tem uma representatividade e uma força muito grande da nossa comunidade, na região de Santo Amaro. São alunos da periferia que vêm por opção - tá? -, são alunos que vêm do Jardim Ângela, do Capão Redondo, de Parelheiros, do Grajaú, que vêm na nossa escola por ser essa referência na zona Sul. Nossa infraestrutura é uma área de 12 mil metros quadrados; temos quatro quadras; temos laboratório de Ciências. É uma estrutura que tem de ser mantida e valorizada.

Para finalizar, eu aponto aqui a necessidade da adesão. Temos o Mais Educação lá, mas temos a necessidade da adesão do ensino médio inovador que vem sendo discutido com a Secretaria Municipal de Educação, e a adesão ao Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio. Os dois programas são do Governo Federal. O Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio para o Município é de educação continuada para o professor e para o Coordenador Pedagógico.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Um minuto.

A SRA. SIMONE ALVES COSTA - Isso preservando pela qualidade e pela melhoria do ensino no Linneu Prestes.

Então, é isso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado, senhora Simone Alves Costa, Coordenadora pedagógica da EMEFM Linneu Prestes.

O último inscrito é o Sr. Antonio Bonfim, do Sinpeem.

O SR. ANTONIO BONFIM - Bom dia a todos e a todas.

Vou perguntar à Mesa e aos Vereadores que estão nesse processo da discussão do Plano Municipal de Educação e agradecer, ao mesmo tempo, a presença da Maria Clara, conhecida antiga nossa na área de EJA principalmente, nos congressos, enfim, no dia a dia sobre essa importante - primeiro destaque que quero colocar -, a importância que é a

modalidade de EJA. Eu, particularmente, sou professor aposentado, mas só no Fontenelle, lá no Jaraguá, fiquei 18 anos: entrei em 1992, concursado, e terminei em 2010, já aposentado. Então, tenho quase 80%, 90% da minha vida com dedicação ao Ensino na área de EJA, e reconheço a dificuldade que os governos têm tido, não só o que Dona Maria Clara citou, Alexandre Schneider, e o atual, agora. É antiga essa discussão. Por mais que Erundina, por exemplo, tenha aberto e aumentado amplamente a questão do EJA, havia muita resistência, escola que tinha condução tranquila no sentido ali de Pirituba para Jaraguá, Perus, enfim, dizendo a Diretora que não havia condução e, portanto, não podia abrir quatro períodos, noturno, de EJA, que a escola, principalmente a Imperatriz Leopoldina, aquela região, que não teria condição de os alunos, aquela região a que os alunos não teriam condição de chegar, é um verdadeiro corredor de ônibus, não é? Essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é essa permanência, de que já falei, da irresponsabilidade dos governos no sentido de divulgar, aplicar, de fato, a chamada pública de forma efetiva e ampla porque temos hoje cerca de 16% da população brasileira - e, naturalmente, o Estado de São Paulo não difere disso, de 16% - o número total de quase 30 milhões de analfabetos e sabemos quais são as dificuldades que eles têm. Por isso, há de se colocar com bastante eficácia a questão da descentralização da matrícula. A Laura já colocou que é necessário isso, pois o aluno não estuda onde o Estado ou o Município definem onde ele vai estudar. Ele estuda onde for mais próximo, onde for mais fácil de ele chegar. No caso da periferia - que, depois, tem outra periferia -, ele pode chegar, jantar na escola, estudar e, depois, ir embora para casa. Quer dizer, não tem sentido a instituição - no caso, o Município - ficar definindo que escola que é.

E, finalmente, essa questão do número de alunos. É geral essa questão do número de alunos por classe, que, infelizmente, a superlotação existe, mas, especificamente, na questão da EJA. Acho que deve colocar no plano a responsabilidade do Governo no sentido de atender a matrícula e o estudo dos alunos jovens e adultos...

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Um minuto.

O SR. ANTONIO BONFIM - ... Na questão da EJA e “indefinir”, ficar ilimitado ou indefinido ou flexível, como está colocado aí, a questão do número de alunos. Se tiver cinco alunos, oito alunos, quanto tiver de necessidade, abrir a sala, porque é muito grande a responsabilidade do Governo, da sociedade, com esses alunos que, por vários motivos - muitos motivos - deixaram de estudar na época que era adequada, não estudou por uma série de coisas, trabalho, não é?

Só para terminar, havia uma escola que tinha cinco quintas séries, antigas quintas séries, duas sextas séries, uma sétima - e era uma escola nova. Quantas oitavas ia ter? Por quê? Porque, na sétima série, os alunos começam a trabalhar e, muitas vezes, não conseguem transferir para a noite, porque as vagas de EJA não existem, no geral.

É isso aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Muito obrigado, professor.

Vamos, então, ouvir a Professora Maria Clara Di Pierro por cerca de cinco minutos; depois, o Vereador Toninho Vespoli e aí, então, encerraremos nossa audiência pública.

A SRA. MARIA CLARA DI PIERRO - Bem, não tenho nada a responder. Agradeço as contribuições, os detalhamentos e tal.

Já detectamos aqui um ponto sensível, a fala emotiva e contundente de Guilherme e de Simone - não é? - nos contrapondo com outros posicionamentos que mostram que essa questão, as escolas municipais de ensino médio têm... As escolas têm vida - não é? -, têm vida inteligente, têm relações sociais, elas têm vida e as escolas resistem, obviamente, porque elas têm um projeto, têm uma construção ali feita que é muito convincente o que vocês nos dizem, não é?

Por outro lado, não podemos, o Município não pode ir açambarcando. Quer dizer, é claro que as famílias não são tolas, as pessoas não são tolas, elas procuram a melhor escola

da sua comunidade e sabemos que as condições de trabalho e de organização do ensino nas escolas municipais, frequentemente, é melhor do que nas escolas estaduais. Então, a demanda sobre as escolas municipais é muito maior. E, no caso do ensino médio, isso fica patente, não é?

Por exemplo, os CIEJAs do Butantã - até a colega de lá não chegou a mencionar isso, mas, por exemplo, Vanessa, que é minha orientanda, que estudou o caso lá, diz: "Há demanda dos CIEJAs para ter CIEJA de ensino médio" - está certo? - porque o CIEJA é uma oferta flexível e o Estado não tem uma oferta de ensino médio flexível correspondente. Quer dizer, se o Município for açambarcando e tomando para si as responsabilidades das quais o Estado vem se eximindo, não vamos ter como equacionar essa questão do regime de colaboração.

Então, o que estou dizendo é o seguinte: precisa haver um convênio, o Estado precisa sentar e fazer um convênio específico, dizendo: "OK, vocês atendem não sei quantos mil alunos de Ensino Médio, qual é o aporte que o Estado dará para essas escolas continuarem fazendo esse atendimento?".

Por outro lado, o Ministério Público não autorizará o Município ampliar esse atendimento - está certo? -, porque temos uma demanda não atendida de educação infantil que precisa ser feita, atendida; e temos uma demanda não atendida de EJA também para ser resolvida.

Então, eu reconheço esse como o ponto nevrálgico e tem de ser equacionado com a especificidade, da qual o plano não pode fugir. O que eu quis dizer que o plano não pode escapar do problema, ele tem de enfrentar o problema de frente. Só quero fazer um breve comentário, divergir não no todo, mas na parte, do comentário do colega do Sinpeem, o Adelson.

O Adelson falava sobre um sonho de que em algum momento não precisará ter Eja: "Sonho com um momento em que a EJA será diferente".

O que os países desenvolvidos vêm mostrando, por exemplo, e você precisa conhecer a vitalidade da EJA na Suécia, é que eles não têm problemas de acesso à Educação Básica.

Na nossa EJA, o próprio parecer do professor Cury diz: a EJA tem a função reparadora e a função de educação continuada também.

Então o que desejamos ver, e sonhar, é que um dia não tenhamos pessoas – jovens ou adultas – cujo direito à Educação foi violado na infância e na adolescência. Isso é uma coisa. Mas a educação de jovens e adultos vai adquirindo um novo caráter que é o de educação continuada.

Estamos aqui à frente de pessoas adultas, jovens de meia idade e nós estamos, todos, estudando – tenho certeza – e em processo de formação continuada que, espero, o sistema educacional seja capaz de reconhecer e acolher.

Acho que essa visão de que a EJA se resume à dimensão compensatória de reposição de escolaridade não realizada na infância ou adolescência tem de ser superada, em favor de um paradigma da educação continuada ao longo da vida.

Acontece que essa é uma questão conceitual que deve servir como moldura. De fato, eu reconheço que num plano municipal para os próximos dez anos, a tarefa primordial que cumpre ao Município ainda responder é a questão da função reparatória dos direitos violados.

Isso só para entrarmos um pouco no debate conceitual, pois a turma da academia não resiste.

Muito obrigada. Saio daqui enriquecida e encantada por alguns depoimentos.

Quero e posso mandar alguns alunos fazer estágio nessas escolas bacanas?

(Pausa). Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado professora Maria Clara di Pietro.

Passemos a palavra ao Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI (PSOL) – Saúdo o Vereador Reis que preside essa audiência pública, a professora Maria Clara di Pietro, bem como a todos os presentes, principalmente aqueles que conseguiram analisar, coletivamente, o projeto e trazer propostas.

Falo isso, pois sabemos como é a vida na área da Educação. Temos de trabalhar em duas ou três redes para conseguir sobreviver, em muitas vezes.

Outras tantas vezes, nem temos tempo para fazer essa análise coletiva, nem mesmo entre nossos pares, digo, por exemplo, professores de matemática trocarem ideia só com professores de matemática, ou então, professores de português com professores de português, para conseguirmos analisar questões específicas das nossas disciplinas e as nossas relações pedagógicas.

Gostaria de dizer à Maria Clara que estive lá na manifestação da USP. Aquela quando aconteceu o confronto com policiais, o tal “trancaço”.

Estamos conversamos com o pessoal da USP; temos uma carta pronta em apoio à manifestação e ao movimento grevista, até porque eles colocam como questão principal a abertura das contas da USP, para que sejam transparentes.

Então estamos vivendo um momento em que ainda brigamos – no século XXI – por transparência de contas públicas, quer dizer, contas públicas que já deveriam ser públicas. Inclusive fizemos uma carta sobre isso, a qual iremos passar para todos os Vereadores, a estarem assinando essa carta em apoio ao movimento na USP. Tenho certeza que o nobre Vereador Reis será o primeiro a assinar comigo, fortemente esse apoio.

Algumas questões que considero importante a serem colocadas, que a questão da relação dos entes federativos. Tenho de ser sincero com vocês. Quando o nobre Vereador Reis, me nomeou para ser relator, na minha cabeça, estava que íamos realizar um plano municipal para a rede. Aí como formamos o GT, para discutirmos o que já tinha sido acumulado pela sociedade, aí a sociedade veio com uma expectativa de montarmos um plano para o território do Município de São Paulo. Eles acabaram, na discussão, me convencendo, só que

isso ainda não está muito alinhado na minha cabeça. E cada vez mais que vamos discutindo aqui, por isso que as audiências públicas são importantes. Depois que tivemos a conversa com a Lizete, e agora com você, cada vez mais estamos ouvindo a sociedade civil organizada e o pessoal da Educação, educadores isso está dentro da minha cabeça e está sendo muito mais alinhado do que fazer. Esse é um papel fundamental que temos de manter que é o diálogo.

Outra questão, abordada pelo Mário. O Município tem uma responsabilidade do ensino fundamental em colaboração com o ensino fundamental e cabe ao governo estadual responsável pelo ensino médio. Para nós está muito claro. As oito escolas que temos no Município foram construída em uma concepção. Não foram nem construídas. Construída é um processo de construção da comunidade. Falo isso, porque moro em um bairro, que tem uma das escolas, a Rubens Paiva, e lá tivemos toda uma luta de uma concepção de escola. E aquela escola, hoje, funciona muito na concepção pedagógica, e como a própria Maria Clara falou, uma escola que tem vida muito diferente do que no Estado. Manter essas escolas até por conta de pensar uma concepção pedagógica que você consiga, não é o caso de se contrapor ao do Estado, mas de fazermos várias experiências e ter experiências no sentido de conseguirmos enriquecer o debate, acredito ser primordial mantermos essas oito escolas, no ponto de vista nosso. Outro ponto que deixa claro, quando colamos a meta dois, colocamos 20 alunos no EJA, foi uma coisa que discutimos muito. Eu e dois assessores que estão ali, nesses itens específicos levantar polêmica. Acredito que a Laura, colocou muito o ponto “X” onde queríamos chegar. É assim, hoje se você não tem o mínimo de matrícula que é estabelecido, eu, por exemplo, lecionei EJA não na rede municipal de São Paulo, mas na rede de São Bernardo. Ai se não conseguia o número de matrícula mínima você não tinha sala de aula. Essas pessoas já foram excluídas de tudo, a fala do Estado, ente federativo, se não deu lá, 25 ou 30 alunos, não vamos ter a sala. Mas e os outros 18 alunos que se inscreveram não tem direito à educação? Esse é um debate que colocamos para alinharmos e levantar a polêmica nas audiências públicas.

Outra questão, que falo para a Benê. Foi um erro aqui da relatoria mesmo, nossa ideia é sempre colocar o parecer de 2014(?) Uma coisa que foi bastante discutida e nós, de certa maneira, não conseguimos colocar. Só para ter ideia: fizemos as reuniões e GTs, e tivemos, praticamente, um mês para produzir esse relatório, se fôramos ver em comparação a outro relatório que estava na Casa, praticamente é outro. Tenho certeza de que tem varias outras imperfeições que no debate que estamos fazendo, vamos alinhando as questões.

Voltando a questão do regime de colaboração. No dia 27, a última audiência pública faremos esse debate que é financiamento, regime de colaboração, e gestão democrática. Estamos avançando aqui, estamos conseguindo marcar um direcionamento muito mais claro, mas acredito que ali vamos conseguir fazer um debate mais apurado onde vamos poder avançar muito no Plano Municipal.

Encerrando, acredito que a relatoria tem papel de escuta. Isso que fizemos em nossas reuniões de GT, sei que muitas vezes as pessoas ficam pouco desconfiadas, porque muitas vezes vamos para várias reuniões e todas falamos que tem papel de escuta, mas no fim não é isso que acaba acontecendo, mas que está participando no nosso processo da comissão de educação, está vendo que, realmente o relator e aqui a Comissão de Educação está nesse papel de escuta e é isso que estamos tentando fazer.

São essas as considerações e vamos cada vez mais tentando trabalhar para termos um Plano Municipal que contempla os desafios que é um plano municipal da maior cidade da América Latina. Não tanto, economicamente, mas como culturalmente e tudo mais. Esse é o nosso grande desafio.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Convido todos os presentes para a próxima audiência pública a ser realizada no dia 13 de setembro de 2014...

O SR. TONINHO VESPOLI – Percebi que há pessoas que já tem algumas questões mais elaboradas. A relatoria esta aberta para quem quiser vir conversar. Se alguém tiver alguma coisa mais elaborada e quiser marcar alguma coisa em nosso gabinete para estar

conversando, vamos estar abertos ao dialogo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – A audiência pública do Plano Municipal de Educação, acontecerá no Salão Nobre, com o tema Valorização profissional e educação superior, marcada para às 9h.

Foi muito produtiva a apresentação da Prof. Maria Clara e as intervenções trouxeram bastante contribuição para o relator, que com certeza ao final dessas audiências terá um texto bem afinado com a expectativa da população de São Paulo.

Estão encerrados nossos trabalhos.

